

Antonio Teixeira de Barros¹ , Ricardo Senna Guimarães² ,
Sérgio Freitas da Silva³ , Terezinha Elisabeth da Silva⁴ 

Juventudes partidárias no Brasil: motivações e perspectivas dos jovens filiados a partidos políticos

Introdução

As juventudes partidárias ainda são pouco estudadas pela ciência política, uma vez que existem dificuldades para se identificar o jovem como sujeito político⁵, com suas particularidades, em função das expressivas distinções entre o comportamento político juvenil e as condutas da população adulta (HOOGHE; STOLLE, 2004; FERRER, 2006; RIOS RODRÍGUEZ, 2009).⁶ Na maioria dos estudos políticos, a juventude é vista apenas como uma etapa da

- 1 Doutor em Sociologia. Docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (Cefor). Brasília, DF, Brasil. E-mail: antonibarros@gmail.com
- 2 Mestre em Psicologia. Pesquisador do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (Cefor). Servidor da Câmara dos Deputados. Brasília, DF, Brasil. Email: ricardo.senna@camara.leg.br.
- 3 Advogado, Administrador e Analista de Sistemas. Especialista em Jurimetria, Inteligência Artificial e Aprendizagem de Máquina aplicada ao Direito. Analista do Banco Central do Brasil. Brasília, DF, Brasil. E-mail: sergio.freitas.silva@gmail.com.
- 4 Doutora em Mídias e Mestre em Ciência da Informação. Docente do Mestrado Profissional em Poder Legislativo da Câmara dos Deputados e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina. Londrina, PR, Brasil. E-mail: terezinha.elisabeth.silva@gmail.com.
- 5 Vários estudos focam a militância juvenil ou as carreiras militantes, porém com predomínio das abordagens sobre socialização política, ou seja, aprendizado e não como algo que contemple os jovens como sujeitos de fato da política partidária. As pesquisas de Ana Karina Brenner (2009; 2011; 2013; 2014a; 2014b; 2015) exemplificam bem essa tendência presente nas áreas de Educação, Antropologia e Sociologia. A ciência política tem ignorado essa agenda de pesquisa.
- 6 A pouca atenção da ciência política aos jovens é tanta que leva Nicoletti (2013) a afirmar que os poucos estudos são vistos como integrantes do campo de minorias políticas. Uma explicação encontrada na literatura é que “os jovens ainda são numericamente inexpressivos nas listas de candidatas partidárias” (Teixeira, 2008, p.103), embora faltem estudos empíricos para explicar tal ausência.

vida, uma fase de transição para a adultez, quando o jovem se torna apto a assumir responsabilidades e tornar-se politicamente ativo (MÜLLER, 2009).

Essas dificuldades demonstram a fragilidade das correlações entre juventude e política partidária, cujas ênfases variam de acordo com a abordagem e com o período histórico. De modo geral, as culturas juvenis são mais fartamente associadas aos movimentos culturais, ao lazer, à contestação política e às transformações sociais dos costumes e dos modos de vida (ROBERTS; PARSELL, 1992). Essas juventudes são múltiplas - tais como os partidos que as agregam -, e apresentam repertórios variados em termos de discursos e de ação política (RODRÍGUEZ, 2009; BRENNER, 2009; 2011; 2014a; 2014b). Acerca das funções dessas juventudes militantes, a literatura registra que os jovens são relevantes politicamente para o recrutamento de novos simpatizantes e afiliados para os partidos políticos, visto que um jovem que esteja no partido tem mais facilidade de convencer outros coetâneos. Atuam também como agentes de renovação dos quadros e das elites partidárias (CRUZ, 1990).

Sartori (1980, p. 92) define juventudes partidárias como formas organizativas juvenis que “integram as estruturas dos partidos políticos, com especificidades próprias, que, segundo as regras do jogo, formais e informais, desenvolvem diversas atividades no interior e até no exterior dos partidos em busca de fins específicos”. O autor identifica três níveis de atuação das juventudes partidárias. O primeiro diz respeito aos aspectos formais, ou seja, à constituição legal desses grupos partidários, o que implica estatutos próprios para reger e disciplinar as formas de organização política dos jovens no âmbito dos partidos. O segundo refere-se às funções que os jovens exercem no interior do partido, como a constituição dos diretórios jovens, com seus próprios foros de debates e articulação de redes em diversos níveis territoriais (municipal, estadual e nacional). O terceiro compreende as atividades exercidas fora do partido, especialmente as campanhas para recrutamento de outros

jovens, além das atividades de militância nas ruas ou nas redes sociais digitais.

Diante de um cenário de descrença na política e de desconfiança expressiva no sistema político representativo e em especial nos partidos políticos (AUGUSTO, 2008), cabe questionar: (a) o que motiva um jovem a se filiar a um partido político no atual contexto brasileiro? (b) como se dá a filiação? Que fatores mais contribuem para a adesão dos jovens às agremiações partidárias? (c) quais são as percepções dos jovens sobre esse processo? Essas são as questões que orientam a pesquisa, cujo foco é analisá-las à luz do olhar dos próprios jovens que são filiados a partidos políticos na atualidade. Para tanto foi realizado um *websurvey* por meio de questionário fechado com jovens filiados a partidos políticos, no período de março a maio de 2017.

É cabível esclarecer ainda o que se entende por jovem, no que se refere à faixa etária no Brasil. O Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013) considera jovem o indivíduo entre 15 e 29 anos. A lei estabeleceu três categorias: (a) jovem-adolescente, entre 15 e 17 anos; (b) jovem-jovem, entre 18 e 24 anos; (c) jovem-adulto, entre 25 e 29 anos. No caso da lei eleitoral (Lei nº 9.504/1997), o jovem é considerado apto a votar a partir de 16 anos. Aqui, utilizamos como base para a definição de juventude os critérios estabelecidos pelo estatuto acima mencionado.

O texto está organizado em três seções. Na primeira são discutidos conceitos centrais para a análise, como as formas de recrutamento partidário juvenil. Em seguida temos a descrição das estratégias metodológicas. Na sequência a análise e discussão dos resultados.

Recrutamento partidário juvenil

O recrutamento partidário é um tema amplamente estudado na ciência política e continua relevante na atualidade (SELIGMAN, 1961; SCHWARTZ, 1969; PREWITT, 1970; SELIGMAN, 1971; KESSELMAN, 1973; MATTHEWS, 1985; NORRIS, 1997; 2006; POWER; MOCHEL, 2008; SIAVELIS, 2012; PERES; MACHADO,

2017). Apesar das especificidades das diferentes abordagens, um ponto de convergência é a visão de que o recrutamento partidário é indispensável para a sobrevivência política das organizações partidárias (CZUDNOWSKI, 1975; ERICKSON, 1993; NORRIS; LOVENDUSK 1993; NORRIS; INGLEHART, 2000; HAZAN, 2002). Por isso as legendas atribuem relevância aos variados tipos e estratégias de recrutamento político, principalmente às seguintes modalidades: recrutamento de quadros por meio da filiação e da militância; recrutamento legislativo e parlamentar; e o recrutamento para cargos executivos (PERES; MACHADO, 2017).

Aqui não entraremos nos detalhes das teorias do recrutamento, pois, além da vasta literatura disponível, optamos pela aplicação ao caso dos jovens, posto que se trata de uma pesquisa sobre jovens filiados a partidos políticos. Contudo, cabe ressaltar que se trata de um fenômeno complexo e multifacetado, com várias tipologias e estratégias, como registram Peres e Machado (2017, p.126). Os estudos de Marengo dos Santos (2002; 2005; 2006) também reforçam essa complexidade. No caso do recrutamento juvenil, como ressaltam os autores, o investimento das agremiações se justifica porque “os partidos devem se mostrar capazes de se regenerar, reproduzindo-se por sucessivas gerações” (p.126).

Ao analisarem especificamente o recrutamento político juvenil, Hooghe e Stolle (2005) ressaltam que o debate atual tende a superdimensionar o alegado declínio do envolvimento cívico nas sociedades ocidentais, o que atribui diretamente às jovens gerações o rótulo de despolitizadas.⁷ Assim, tais estudos alegam que o processo de substituição geracional é responsável pela maior parte das dificuldades dos partidos para atrair os jovens. Logo, gerações mais engajadas e mais cívicas estariam sendo substituídas por jovens mais individualistas, voltados principalmente para suas atividades profissionais e sua vida privada. Para os referidos autores, contudo, o que muitas vezes é esquecido nesses estudos, é que não se trata apenas de uma mera questão de agência, mas também de estrutura.

7 Aqui os autores criticam estudos como os de Rahn e Transue 1995; e de Putnam 2000.

“Em praticamente todos os estudos, o foco é na agência e, portanto, é dado como certo que, se a participação dos jovens diminui, a principal causa é que os jovens estão menos interessados em política do que as gerações de décadas atrás”⁸, argumentam Hooghe e Stolle (2005, p.43). Esse tipo de raciocínio é questionado porque “põe-se a culpa” na juventude. Se os jovens deixam de se engajar, logo, eles são os únicos responsáveis pelo afastamento deles da política partidária (STOLLE; HOOGHE, 2004).

Dechezelles (2008), ao estudar empiricamente os padrões de engajamento de jovens italianos, aponta a necessidade de considerar as culturas militantes como aspectos relevantes para a compreensão do recrutamento juvenil. Para o estudioso, as culturas militantes e os padrões de engajamento também passaram por transformações consideráveis, principalmente no que se refere às convergências e/ou divergências entre o *ethos* militante e as articulações com a biografia individual, com as configurações familiares e novos movimentos estudantis.

Norris (2004), baseando-se em dados do *Social Survey* de 2002, comparando 15 países europeus, refuta a tese da apatia política dos jovens. Para autora, o que existe é uma expressiva mudança geracional nos padrões de participação política, com novas formas de ativismo e de repertórios de ação coletiva das juventudes. Em decorrência disso, os jovens passaram a priorizar formas menos hierarquizadas de ativismo político e repertórios que se distanciam dos partidos, mas não da política em si. Entre os modos preferidos de atuação política dos jovens, a autora destaca as manifestações públicas, protestos, boicotes e adesão a projetos de associações voluntárias e organizações não-governamentais. Trata-se do que Inglehart e Catterberg (2002) identificaram como a primazia de formas de ação direta não-convencionais, típicas das democracias liberais a partir das décadas de 1970/1980, com a emergência da chamada terceira onda de democratização. Dalton (2009) ressalta que os atuais padrões de participação política juvenil exigem novos

8 Tradução dos autores, aqui e nas citações seguintes.

processos e novas instituições que reflitam os valores da juventude, considerados predominantemente pós-materialistas, com uma agenda focada em temas como meio ambiente, direitos humanos, cultura, lazer, esportes, equidade de gêneros e combate ao racismo (RIBEIRO, 2008; 2010; PEREIRA; TORRES; BARROS, 2004).

Para Inglehart e Welzel (2009) os valores materialistas assumem relevância política a partir de certos estágios de desenvolvimento socioeconômico em que as necessidades materiais são relativamente satisfeitas, como alimentação, moradia, transporte, saúde e segurança. Por outro lado, os estudos que aplicam a teoria do desenvolvimento humano de Inglehart e Welzel (2009) em países latino-americanos mostram que as questões materiais e econômicas são mais relevantes para a população, uma vez que se trata de uma agenda de questões ainda não resolvidas. Assim, os valores pós-materialistas seriam mais expressivos nas democracias consolidadas.

A literatura relaciona as mudanças geracionais e seus impactos nos repertórios de participação juvenil como decorrência da redefinição de valores políticos das juventudes. Isso significa que os jovens tendem a se identificar mais com os valores pós-materialistas e uma postura de forte desconfiança das instituições políticas, principalmente os partidos. Segundo essa abordagem, não haveria alienação nem apatia dos jovens, mas uma redefinição de agenda, estratégias e repertórios de participação, mais voltados para o consumo consciente e a defesa de causas como meio ambiente, igualdade de gênero e liberdade de expressão (NORRIS, 2002; STOLLE; HOOGHE; MICHELETTI, 2005).

Ferreira (2012), ao analisar as juventudes partidárias portuguesas, conclui que a experiência continuada no interior das organizações juvenis funciona como uma “escola”, no sentido de que tal experiência permite que os jovens dirigentes e líderes desenvolvam competências políticas específicas, que não seria possível sem esse aprendizado. Além disso, possibilita a formação de uma rede de contatos pessoais, que permite o acesso dos jovens às redes de recrutamento político e parlamentar.

A experiência de formação política propiciada pela imersão no cotidiano partidário também contribui para a produção de vínculos entre os futuros líderes do partido e os dirigentes populares. Ademais, o interesse por este tipo de atividade partidária é legitimado e reafirmado pelas redes sociais de pertencimento dos jovens, transformando-se em um valor simbólico interno que confere capital social a seus pares (SILVA, 2015).

A adesão dos jovens aos partidos políticos envolve fatores institucionais, culturais e ideológicos, além da afinidade sociocultural da organização partidária com o eleitorado. Destacam-se ainda variáveis como as origens sociais dos jovens, a educação que receberam, a forma como foram politicamente socializados, o gênero, a classe social, o local de moradia, a religião e a própria geração política (VOMMARO, 2013). Cabe salientar a complexidade da noção de geração política, que não se limita ao critério etário e nem à relação de antiguidade no envolvimento com as atividades político-partidárias. A visão de geração política pressupõe o compartilhamento de ideias políticas comuns, valores, sonhos, experiências e, principalmente, uma forma comum de socialização política (JENNINGS, 2002). Isso significa que geração política não se confunde com a ideia de *coorte* etária.

As juventudes partidárias exercem várias funções em relação aos partidos, tais como potencializar e dinamizar o relacionamento dos partidos com os jovens, exercendo o papel de elo comunicativo entre os segmentos juvenis da sociedade e as legendas (COSTA, 2015). Devido à sua proximidade e uma relação continuada com as elites da legenda, ainda segundo o mesmo autor, as juventudes partidárias podem atuar como grupo de pressão intrapartidário, fazendo *advocacy* de determinadas causas, bandeiras ou interesses. Além disso, estas organizações fornecem mão-de-obra política voluntária para reforçar o aparato de propaganda política dos partidos.

Pesquisa realizada na Bélgica revela que na região de Flandres, 41% de todos os conselheiros municipais começaram suas carreiras políticas em uma organização juvenil, demonstrando que as juventudes partidárias servem como canais de recrutamento

indispensáveis para as agremiações partidárias (HOOGHE; STOLLE; STOUTHUYSEN, 2004).

Um elemento dinamizador do recrutamento partidário juvenil no Brasil foi a adoção do voto facultativo aos 16 anos, além do crescimento do eleitorado jovem nas últimas décadas. Isso estimulou os partidos políticos a criarem políticas partidárias para a organização das suas juventudes (TEIXEIRA, 2009). Entre as estratégias adotadas pelos partidos está a criação de diretórios jovens e secretarias ou núcleos de juventude, que se tornaram tão relevantes na estrutura partidária, a ponto de serem considerados pelo autor citado como “suborganizações” das legendas, cujo funcionamento foi expandido e consolidado com o uso da internet.

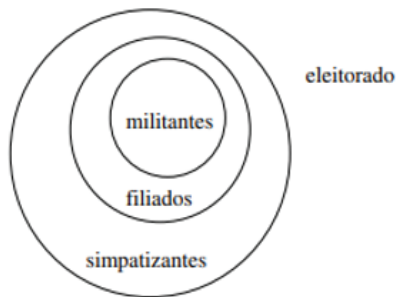
É oportuno ressaltar que o estudo tem como foco específico os jovens filiados a partidos e não os militantes em sentido amplo. Isso é importante porque no Brasil não é preciso ser filiado para ser militante. A filiação é obrigatória apenas para ser candidato. A militância, contudo, é algo muito mais amplo, sem necessariamente haver vínculo partidário. O que nos interessa aqui, contudo, é compreender a percepção dos jovens que são filiados formalmente aos partidos.

A filiação partidária constitui um vínculo formal de um indivíduo com um partido, o que implica obrigações e deveres da parte dos filiados, incluindo o pagamento de contribuição pecuniária anual à legenda e compromissos formais (SCARROW, 1996; WARE, 1996; WHITELEY, 2011). Os partidos também ganham com seus séquitos de filiados, pois quanto maior o número deles, maior a legitimidade política (MAIR; VAN BIEZEN, 2001). Nesse aspecto, a filiação se distingue do ativismo e da militância, que podem ser exercidos sem as obrigações formais exigidos dos filiados. Os filiados são membros formais dos partidos, enquanto ativistas e militantes não filiados são considerados membros informais, segundo a tipologia de Heidar (2006).

Uma forma muito conhecida para entender as diferenças entre filiados e militantes está no modelo dos círculos concêntricos de Maurice Duverger (1970). Iniciando do plano externo para o

interno ao partido, temos: o eleitorado, os simpatizantes, os filiados e os militantes. Os eleitores de um partido podem ser fiéis ou voláteis. Além de fiéis, os simpatizantes estabelecem forte relação de identificação partidária. Os filiados, por sua vez, mantêm vínculos formais com a legenda, pois a filiação funciona como uma espécie de contrato político entre o indivíduo e o partido, exigindo deveres e obrigações do filiado em relação ao partido. Os militantes são os que exercem maior grau de ativismo partidário, de forma sistemática e continuada. Panebianco (2005) classifica os militantes em duas categorias: os crentes e os arrivistas. Os primeiros são movidos pela forte identificação com a ideologia partidária e a convicção política de que o programa do partido tem potencial efetivo para a solução de causas coletivas. Os arrivistas, por sua vez, são motivados pela conquista de posições, cargos e visibilidade política, cuja atuação é mais voltada para sua própria carreira no âmbito da estrutura e organização da legenda.

Figura 1 – O modelo de círculos concêntricos de Maurice Duverger



Fonte: Ribeiro, 2008, p.135.

O estudo de Gauja (2015) mostra três principais perspectivas para entender a filiação partidária na atualidade. A primeira refere-se à relação dos partidos e seus filiados com o Estado, em função da legislação e das normas eleitorais e partidárias. Além disso, há

o primeiro conjunto de normas que regem a filiação partidária, expresso nos regulamentos e estatutos dos partidos políticos. Essas normas são consideradas fundamentais para garantir a organização e a legitimação das legendas. A segunda compreende as motivações e interesses do próprio indivíduo que decide filiar-se. Tais motivações variam em função do perfil do partido e do próprio filiado. Em geral a filiação sob essa ótica deve-se à expectativa do indivíduo de poder fazer algo interessante e produtivo como membro do partido. A terceira diz respeito à ótica dos partidos políticos, que são influenciados pela utilidade funcional de manter uma expressiva base de membros e a necessidade de corresponder às expectativas dos indivíduos filiados. As três são complementares e contribuem para gerar configurações heterogêneas de filiados. Essa heterogeneidade enriquece as agremiações.

Estratégias Metodológicas

Os dados foram coletados por meio de *websurvey* dirigido especificamente aos filiados, no período de março a maio de 2017. A estratégia utilizada para atingir os jovens filiados foi o contato direto (por telefone) com os diretórios jovens dos partidos, incluindo os diretórios nacionais, estaduais e municipais. Solicitamos aos diretórios o *mailing* dos jovens filiados e enviamos diretamente a eles o link da pesquisa, juntamente com uma carta explicando os objetivos do estudo.

Neste estudo a abordagem quantitativa foi utilizada para testar as relações entre variáveis categóricas da amostra (n=422) contendo as respostas ao questionário sobre filiação partidária de jovens. Essas relações foram verificadas através do teste de hipóteses utilizando o qui-quadrado de Pearson e a Razão de Verossimilhança.⁹

9 O qui-quadrado de Pearson é utilizado para verificar a independência entre variáveis categóricas, ou seja, medir se as variações de cada variável são independentes entre si ou não. Trata-se de uma estatística baseada na ideia simples de comparar frequências observadas em certas categorias com as frequências esperadas obtidas ao acaso nessas mesmas categorias. Os testes também utilizaram a estatística da Razão de Verossimilhança, na qual alguns dados são coletados para se criar um modelo para o qual a probabilidade de obter o conjunto de dados observados é maximizada e, então, compara-se esse modelo à probabilidade de obter aqueles dados sob a hipótese nula (FIELD, 2009).

Com base nas proporções da população de jovens filiados, indicadas nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (Tabela 10), especialmente em relação ao gênero e espectro ideológico, foram definidos pesos na ponderação de casos (*Weight Cases*) para corrigir a amostra e garantir que cada categoria testada representasse a real proporção da população, conforme detalhado na Tabela 1. Essa correção foi necessária em função dos resultados que não foram totalmente compatíveis com a realidade, posto que o número de informantes do sexo feminino foi superior aos respondentes do sexo masculino. Na realidade, a situação é inversa: o número de homens é superior ao de mulheres.

Tabela 1 – Pesos na ponderação de casos (*Weight Cases*)

	Feminino (amostra)	Fator de ponderação (peso)	Masculino (amostra)	Fator de ponderação (peso)
Centro	69	1,1039	72	1,2758
Esquerda	88	0,7080	82	0,9096
Direita	56	0,9643	55	1,1470
Total	213		209	

Fonte: Elaboração própria¹⁰

A amostragem foi desenhada com base no modelo de cálculo amostral de Kish (1995), com intervalo de confiança (IC) de 95% e variância máxima ($p=0,5$):

$$n = \frac{N}{1 + Ne^2} (5)$$

Onde n é o tamanho da amostra, N é o tamanho da população e e especifica o erro amostral, dado por 1-precisão. Com base nesse cálculo obtivemos as metas amostrais que constam na Tabela 2, com uma amostragem de 400 respondentes:

10 A classificação do espectro ideológico dos partidos teve como base o estudo de Tarouco; e Madeira (2013)

Tabela 2 – Cálculo Amostral

Tamanho da População		
N	2.662.000	
E	0,05	95%
e ²	0,0025	

Tamanho da Amostra		
n =	400	

Fonte: Elaboração própria, com base em Kish (1995).

Antes de prosseguir, convém uma breve alusão ao uso de *websurveys*. Apesar de não proverem uma amostragem aleatória probabilística no sentido estrito do termo, a comparação de dados obtidos via métodos tradicionais e *websurvey* mostra que há poucas diferenças entre os resultados, conforme o diagnóstico de Manfreda e Vehovar (2002). Após o exame de uma série de *surveys* convencionais com uma série similar de *websurveys*, os autores concluíram que não há diferenças substantivas nas respostas das duas modalidades de pesquisa, exceto no caso do percentual de não-respostas, que é maior nos *websurveys*. Entretanto, os autores enfatizam as dificuldades registradas na literatura, que tende a considerar que os *websurveys* podem resultar em amostras não fidedignas da população que compõem o universo dos estudos. Isso porque a literatura ainda resiste às inovações dos *websurveys* e também porque os critérios metodológicos e científicos para a realização de *surveys* foram estabelecidos e convencionados antes da consolidação da internet como alternativa de pesquisa (MANFREDA; VEHOVAR, 2002). Uma forma de sanar eventuais problemas de falta de representatividade da população é utilizar amostragens maiores do que nos estudos convencionais (VEHOVAR; MANFREDA; BATAGELJ, 2001). No caso em tela, o número de respondentes é 5% superior ao que foi previsto para um *survey* convencional.

partir do cálculo amostral acima especificado, foram estabelecidas as metas de amostragem que constam no Quadro 1,

considerando o total de filiados jovens de cada partido. O principal critério utilizado para a distribuição da amostra entre os partidos foi o total de filiados por legenda, de forma proporcional.

Quadro 1 – Metas de amostragem dos filiados jovens por partido e sexo

Partido	Filiados jovens	Respondentes Femininos	Respondentes Masculinos	Total
PMDB	250.713	17	20	38
PT	280.218	20	22	42
PSDB	216.217	14	18	32
PP	135.563	9	11	20
PDT	155.591	11	13	23
PTB	124.372	9	10	19
DEM	111.793	8	9	17
PR	104.074	7	9	16
PSB	127.163	8	11	19
PPS	70.319	5	6	11
PSC	85.314	6	7	13
PC DO B	89.714	6	7	13
PRB	128.576	10	10	19
PV	87.635	6	7	13
PSD	102.079	7	9	15
PRP	44.184	3	4	7
PSL	45.997	3	4	7
PMN	34.302	2	3	5
PHS	57.055	4	5	9
PTC	34.045	2	3	5
PSDC	42.143	3	3	6
PT DO B	36.579	3	3	5
SD	72.035	5	6	11
PTN	40.538	3	3	6
PRTB	31.734	2	3	5

PSOL	47.183	3	4	7
PROS	35.191	2	3	5
PEN	26.774	2	2	4
PPL	14.421	1	1	2
PMB	15.301	1	1	2
REDE	6.500	0	1	1
PSTU	3.188	0	0	0
PCB	1.994	0	0	0
NOVO	2.975	0	0	0
PCO	451	0	0	0
Total	2.661.931	182	218	400

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do TSE, 2018.

Os resultados obtidos estão expostos na Tabela 3, um pouco superior às metas de amostragem, com 22 informantes a mais, totalizando 422.

Tabela 3 - Respostas obtidas por sexo e partido

	Partido	F	M	Número	%
1	PT	21	20	41	9,70%
2	PMDB	19	19	38	9,00%
3	PSDB	17	16	33	7,80%
4	PDT	11	11	22	5,20%
5	PP	11	10	21	5,00%
6	PRB	10	11	21	5,00%
7	PSB	10	10	20	4,80%
8	PTB	9	9	18	4,30%
9	DEM	8	9	17	4,00%
10	PCdoB	8	8	16	3,80%
11	PR	8	8	16	3,80%
12	PSD	8	8	16	3,80%

13	PSC	8	7	15	3,60%
14	PV	7	7	14	3,30%
15	PPS	6	6	12	2,90%
16	SD	6	6	12	2,90%
17	PHS	5	5	10	2,40%
18	PRP	4	4	8	1,40%
19	PSL	4	4	8	1,40%
20	PSOL	4	4	8	1,40%
21	PROS	3	3	6	1,40%
22	PRTB	3	3	6	1,40%
23	PTC	3	3	6	1,40%
24	PTdoB	3	3	6	1,40%
25	PTN	3	3	6	1,40%
26	PSDC	3	2	5	1,20%
27	PMN	2	2	4	1,00%
28	PEN	2	1	3	0,70%
29	NOVO	1	1	2	0,50%
30	PCB	1	1	2	0,50%
31	PCO	1	1	2	0,50%
32	PMB	1	1	2	0,50%
33	PPL	1	1	2	0,50%
34	PSTU	1	1	2	0,50%
35	REDE	1	1	2	0,50%
	Total	213	209	422	100%

Fonte: Elaboração própria.

Análise descritiva dos dados

Antes da exploração dos testes estatísticos, apresentamos um panorama dos dados descritivos, com o propósito de proporcionar uma visão geral ao leitor.

Apesar do cenário pessimista descrito acima acerca da desconfiança dos jovens nos partidos políticos e no sistema representativo de modo geral, existiam 2.661.931 de jovens filiados, o que corresponde a 16% do total de filiados, conforme mostra o Quadro 1. Observa-se um predomínio de jovens do sexo masculino nesse total, com 54,40% contra 45,60% de mulheres. Os partidos com o maior número de filiados jovens são PT (280.218), PMDB (250.713) e PSDB (216.217), enquanto as legendas com o menor número são, respectivamente: PCO (2.938), Partido Novo (8.825), Rede (17.761) e PSTU (17.408).

É importante ressaltar que os dados do TSE mencionados no Quadro 2 representam apenas os filiados formalmente aos partidos. Ademais, os dados expressam o conjunto de eleitores que estão habilitados a serem pré-candidatos pelos 35 partidos. Isso explica porque as legendas mais antigas contam com número maior de filiados.

Quadro 2 – Dados sobre os jovens filiados aos partidos

Partido	Total de filiados ¹¹	Filiados jovens	Jovens %	Jovens F %	Jovens M %
DEM	2.402.264	250.713	10%	46%	54%
NOVO	1.587.916	280.218	18%	48%	52%
PCDO B	1.446.854	216.217	15%	44%	56%
PCB	1.438.392	135.563	9%	45%	55%
PCO	1.251.350	155.591	12%	46%	54%
PDT	1.193.113	124.372	10%	46%	54%
PEN	1.096.537	111.793	10%	45%	55%
PHS	799.463	104.074	13%	45%	55%
PMB	648.444	127.163	20%	44%	56%
PMDB	482.543	70.319	15%	43%	57%
PMN	421.661	85.314	20%	45%	55%
PP	392.195	89.714	23%	45%	55%
PPL	389.434	128.576	33%	51%	49%

11 Aqui trata-se do total de filiados de cada legenda, enquanto a coluna 2 apresenta o total de filiados jovens.

PPS	376.512	87.635	23%	43%	57%
PR	317.420	102.079	32%	45%	55%
PRB	250.469	44.184	18%	46%	54%
PROS	226.551	45.997	20%	44%	56%
PRP	223.895	34.302	15%	45%	55%
PRTB	210.402	57.055	27%	46%	54%
PSB	198.443	34.045	17%	45%	55%
PSC	186.337	42.143	23%	46%	54%
PSD	185.564	36.579	20%	46%	54%
PSDB	181.125	72.035	40%	47%	53%
PSDC	161.551	40.538	25%	44%	56%
PSL	136.236	31.734	23%	46%	54%
PSOL	122.571	47.183	38%	44%	56%
PSTU	91.077	35.191	39%	43%	57%
PT	72.702	26.774	37%	44%	56%
PT DO B	39.562	14.421	36%	46%	54%
PTB	38.299	15.301	40%	56%	44%
PTC	17.761	6.500	37%	38%	62%
PTN	17.408	3.188	18%	43%	57%
PV	14.836	1.994	13%	43%	57%
REDE	8.825	2.975	34%	9%	91%
SD	2.938	451	15%	38%	62%
TOTAL	16.630.650	2.661.931			

Fonte: TSE, 2018.

O perfil dos respondentes é relativamente equilibrado do ponto de vista do sexo, com 50,50% de femininos e 49,50% de masculinos, como mostra a Tabela 4. Entretanto, há uma expressiva discrepância em relação aos percentuais de filiados homens (62%) e de mulheres (38%), conforme dados do TSE, expostos no Quadro 1. Tais resultados devem, portanto, ser analisados com cautela, devido a essa disparidade. Além disso, o perfil dos respondentes por sexo também é discrepante dos principais estudos que consideram

filiação partidária e militância política, tanto no Brasil (SPECK; BRAGA; COSTA, 2015; OKADO; RIBEIRO, 2015) como em outros países (VAN HAUTE; GAUJA, 2015; KÖLLN; POLK, 2016). Em todos eles, os percentuais de homens são superiores aos de mulheres. Tais paralelos, contudo, contribuem para ressaltar as ponderações acerca das limitações da pesquisa, mas não invalidam seus dados, posto que ao longo da análise as percepções dos filiados pouco se diferenciam em relação ao sexo, conforme será demonstrado posteriormente. Além disso, cabe ressaltar o uso de pesos na ponderação de casos (*Weight Cases*) para corrigir a amostra, conforme foi exposto na Tabela 1.

As duas faixas etárias mais expressivas entre os informantes são aquelas de maior compromisso com a vida adulta, ou seja, de 18 a 24 anos (39,10%) e de 25 a 29 anos (44,50%), como se lê no Quadro 2. Comparando-se esse perfil dos respondentes com os dados do TSE relativos ao eleitorado juvenil, observa-se que os eleitores jovens de até 16 anos representam 0,010% do total de eleitores brasileiros, enquanto os de 17 a 19 anos representam 0,054%; os de 20 a 24 anos, 2,061% e os de 25 a 29 anos 5,882%.

Os segmentos com maior renda se destacam entre os jovens filiados. O mesmo ocorre com a escolaridade. Apesar de formação universitária variada, destacam-se os informantes dos cursos de Ciências Humanas e Sociais, ao lado de Linguística, Letras e Artes. Em relação à religião, prevalecem os católicos e os evangélicos. Quanto à situação ocupacional, predominam os estudantes, seguidos dos que estão em empregos formais e os desempregados. Os setores privado e público concentram as maiorias dos jovens respondentes, respectivamente (42,10% e 35,70). Em reação a cor/raça destacam-se os brancos e pardos (37,70% e 33,40%). Os jovens informantes residem principalmente em capitais¹², regiões metropolitanas e cidades do interior (37,70%, 31,30% e 27,30%). As regiões com maior representação são: Sudeste (37,20%), Nordeste (24,40%) e Sul (19,20%), respectivamente.

12 O predomínio de respondentes em capitais e regiões metropolitanas certamente se devem a dois fatores: maior densidade populacional e maior acesso à internet.

Tabela 4 - Perfil dos respondentes

Sexo	N	%
Masculino	209	49,5%
Feminino	213	50,5%
Subtotal	422	100%
Faixa Etária	N	%
16 a 17 anos	69	16,4%
18 a 24 anos	165	39,10%
25 a 29 anos	188	44,50%
Subtotal	422	100%
Renda familiar mensal	N	%
Até 2 mil reais	32	7,58%
De 2 a 5 mil reais	57	13,50%
De 5 a 7 mil reais	116	27,48%
De 7 a 10 mil reais	100	23,69%
Acima de 10 mil reais	116	27,48%
Prefiro não declarar	0	0%
Não informado	1	0,23%
Subtotal	422	100%
Escolaridade	N	%
Fundamental	10	2,4%
Médio	97	23,0%
Técnico	113	26,8%
Superior tecnólogo	86	20,4%
Superior graduação	76	18,0%
Pós-graduação	40	9,5%
Subtotal	422	100%
Área de formação (para Superior graduação)	N	%
Ciências Biológicas ou Ciências da Saúde	10	13,20%
Ciências Exatas e da Terra ou Ciências Agrárias	8	10,50%
Ciências Humanas ou Ciências Sociais Aplicadas	23	30,30%
Engenharias	16	21,10%
Linguística, Letras e Artes	19	25%
Não se aplica	346	
Subtotal	422	100%

Religião	N	%
Católica Apostólica Romana	96	22,80%
Evangélicas	69	22,10%
Espírita	93	16,40%
Umbanda e Candomblé	16	3,80%
Outras religiosidades	75	17,80%
Sem religião	72	17,10%
Não informado	1	
Subtotal	422	100,00%
Situação ocupacional	N	%
Desempregado	69	16,40%
Empregado com carteira assinada	126	29,90%
Emprego informal	108	25,60%
Estudante	119	28,20%
Setor de ocupação	N	%
Autônomo	10	7,90%
ONGs	18	14,30%
Privado	53	42,10%
Público	45	35,70%
Não se aplica (estudantes)	296	-
Subtotal	422	100%
Cor/raça	N	%
Amarela	55	13%
Branca	159	37,70%
Indígena	16	3,80%
Parda	141	33,40%
Preta	51	12,10%
Subtotal	422	100%
Local de residência	N	%
Capital	159	37,70%
Cidade do interior	115	27,30%
Povoado/área rural	16	3,80%
Região metropolitana	132	31,30%
Subtotal	422	100%
Região de residência	N	%

Centro Oeste	53	12,60%
Nordeste	103	24,40%
Norte	28	6,60%
Sudeste	157	37,20%
Sul	81	19,20%
Subtotal	422	100%

Fonte: Elaboração própria.

Indagados sobre como se deu sua filiação, os jovens respondentes revelam o quanto os laços sociais e vínculos interpessoais da esfera familiar são relevantes no processo de recrutamento partidário da juventude. Apenas 16,10% tomaram a iniciativa e procuram o partido por conta própria. Os 83,90% restantes se filiaram em função da influência de algum tipo de suporte social de proximidade, como colegas já filiados, familiares já filiados, colegas dos movimentos estudantis e sociais e até mesmo os dirigentes dos partidos, em menor escala.

É importante ressaltar ainda que fora os familiares (que também podem ser jovens), os demais agentes sociais que influenciam a filiação também são jovens já filiados. É a força dos grupos de coetâneos na socialização política, um tema já consagrado na literatura (CRUZ, 1990). Quanto à família, a literatura também já reconhece o capital político familiar como uma das principais formas do recrutamento partidário no Brasil, especialmente no caso de partidos de centro e de direita (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015). O capital militante (movimentos sociais e movimentos estudantis) por sua vez, é mais expressivo no recrutamento de partidos de esquerda (MORENO; ALMEIDA, 2009; SPOSITO, 2000).

Tabela 5 - Como se deu a sua filiação partidária?

RESPOSTAS	Número	%
Eu fui convidado por colegas já filiados ao partido.	106	25,1%
Eu fui incentivado por meus familiares a me filiar ao partido.	86	20,6%

Eu fui convidado por colegas de movimentos estudantis filiados ao partido.	84	19,9%
Eu tomei a iniciativa e procurei o partido.	70	16,6%
Eu fui convidado por colegas de movimentos sociais ligados ao partido.	68	16,1%
Eu fui convidado pelos dirigentes do partido.	8	1,7%
Total	422	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Apesar de não ser predominante, o capital familiar aparece com 26,20% das respostas, como mostra a Tabela 6. Nesse segmento, são os familiares mais próximos que exercem influência na decisão dos jovens de se filiar a um partido, principalmente os pais e irmãos, como mostra a Tabela 7.

Tabela 6 - Você tem familiares que atuam na política partidária?

	Número	%
Não	310	73,3%
Sim	110	26,2%
Sem resposta	2	0,5%
Total	422	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 7 – Familiares que atuam na política

RESPOSTAS	N	%
Meus irmãos.	41	36,6%
Meus pais.	31	27,7%
Outros	30	26,8%
Meus tios/avós.	10	8,9%
Total	112	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Os movimentos estudantis (39,25%) e os movimentos sociais (23,02%) são os principais motivadores dos jovens para a militância

e a filiação partidária, seguido do engajamento político de familiares, amigos e pessoas próximas (15,47%), como se lê na Tabela 8.

Tabela 8 - O que mais motivou você a participar da militância do seu partido?

RESPOSTAS	N	%
Meu envolvimento com movimentos estudantis	312	39,25
Meu envolvimento com movimentos sociais	183	23,02
O engajamento político de meus familiares, amigos e pessoas próximas	123	15,47
Meu envolvimento em trabalho voluntário	72	9,06
Meu envolvimento com projetos de ONGs	64	8,05
Meu envolvimento com a igreja	21	2,64
Meu envolvimento com entidades patronais e representantes da indústria, comércio e serviços	12	1,51
Meu envolvimento com sindicatos	8	1,01
Total	795	100

Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao espectro ideológico, os dados mostram maior identidade dos jovens respondentes com as agremiações de centro (53%), de esquerda (33,4%) e, em menor escala, de direita, com 13,5%, como se lê na Tabela 9.

Tabela 9 - O que teve mais peso na escolha do partido quanto ao posicionamento ideológico?

RESPOSTAS	Número	%
O fato de ser um partido com um claro posicionamento de centro.	224	53,0%
O fato de ser um partido com um claro posicionamento de esquerda.	141	33,4%
O fato de ser um partido com um claro posicionamento de direita.	57	13,5%
Total	422	100,00%

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 10 mostra a distribuição dos filiados jovens segundo o espectro ideológico partidário, com as principais orientações:

esquerda, centro e direita. Predominam os filiados aos partidos de centro, com 39,82%, com maioria masculina. Comparando os dados com a Tabela 9 (autopercepção dos filiados), nota-se que parece haver uma percepção dominante de que as agremiações dos filiados são de centro, revelando uma provável dissonância entre os dados efetivos e a visão dos informantes. Tudo indica que parte dos filiados a partidos de direita se autopercebem como sendo de centro (13,5% na Tabela 9 contra 27,74% na Tabela 10). Trata-se do fenômeno denominado de “direita envergonhada”, que leva à adoção do termo “centro” em vez de “direita” pelos militantes e partidários (MADEIRA; TAROUÇO, 2013).

Tabela 10 – Jovens filiados por espectro ideológico partidário

	Filiados jovens	Feminino	Masculino	% Filiados Jovens	% Filiados Jovens Feminino	% Filiados Jovens Masculino
Centro	1.059.923	480.461	579.462	39,82%	18,05%	21,77%
Esquerda	863.456	392.999	470.457	32,44%	14,76%	17,67%
Direita	738.552	340.611	397.941	27,74%	12,80%	14,95%
Total	2.661.931	1.214.071	1.447.860	100%	45,61%	54,39%

Fonte: Elaboração própria, com dados do TSE, 2018.

A discussão sobre a classificação efetiva dos partidos brasileiros em determinado espectro ideológico não é categórica (Quadro 3). Ao contrário é carregada de controvérsias. A despeito disso, como argumentam Tarouco e Madeira (2013, p.109), “apesar da alardeada inconsistência ideológica dos partidos brasileiros, a sua classificação na dimensão esquerda-direita é reconhecida tanto pelos próprios políticos quanto pelos analistas”. Para os autores, “isto significa que as classificações correntes são na maioria válidas e podem continuar sendo usadas nos estudos que, ainda hoje, procuram pelos efeitos da ideologia partidária sobre outras variáveis” (TAROUÇO; MADEIRA, 2013, p. 109). Para os nossos

objetivos aqui, consideramos de grande utilidade a definição de (SCHEEFFER, 2014, p. 4) de que

a esquerda representa o conjunto de forças que luta, essencialmente, por transformações que resultem na instauração de uma ordem diferente da capitalista, ou transformações que resultem em uma reformulação substancial da mesma. Mesmo que o teor e o grau das mudanças possam variar de acordo com uma esquerda mais ou menos “radical”, o que está presente em qualquer esquerda é o caráter contestatório assumido. A direita, por outro lado, se refere às forças favoráveis à manutenção da ordem social e política. A direita se preocupa, basicamente, em conservar e não alterar o sistema que está dado.

O Quadro 3 apresenta um mapa dos partidos conforme o espectro ideológico predominante, considerando as ressalvas apontadas na literatura, mencionadas acima. Os critérios para a classificação levaram em conta o teor dos programas partidários, conforme a taxionomia de Tarouco e Madeira (2013).

Quadro 3 - Espectro ideológico partidário

	Partido	Sigla	Extrema Esquerda	Esquerda	Centro Esquerda	Centro	Centro Direita	Direita	Extrema Direita
1	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	PMDB							
2	Partido dos Trabalhadores	PT							
3	Partido da Social Democracia Brasileira	PSDB							
4	Partido Progressista	PP							
5	Partido Democrático Trabalhista	PDT							
6	Partido Trabalhista Brasileiro	PTB							

7	Democratas	DEM							
8	Partido da República	PR							
9	Partido Socialista Brasileiro	PSB							
10	Partido Popular Socialista	PPS							
11	Partido Social Cristão	PSC							
12	Partido Comunista do Brasil	PCdoB							
13	Partido Republicano Brasileiro	PRB							
14	Partido Verde	PV							
15	Partido Social Democrático	PSD							
16	Partido Republicano Progressista	PRP							
17	Partido Social Liberal	PSL							
18	Partido da Mobilização Nacional	PMN							
19	Partido Humanista da Solidariedade	PHS							
20	Partido Trabalhista Cristão	PTC							
21	Partido Social Democrata Cristão	PSDC							
22	Avante (ex PTdoB)	Avante							
23	Solidariedade	SD							
24	Partido Trabalhista Nacional	PTN							
25	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	PRTB							
26	Partido Socialismo e Liberdade	PSOL							
27	Partido Republicano da Ordem Social	PROS							
28	Partido Ecológico Nacional	PEN							
29	Partido Pátria Livre	PPL							
30	Partido da Mulher Brasileira	PMB							

31	Rede Sustentabilidade	REDE							
32	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	PSTU							
33	Partido Comunista Brasileiro	PCB							
34	Partido Novo	NOVO							
35	Partido da Causa Operária	PCO							

Fonte: Elaboração própria, com base em Tarouco e Madeira (2013).

Com base nesse espectro ideológico predominante de cada partido definiu-se uma variável “espectro_dummy” como sendo o resultado da média aritmética dos seguintes valores que representam as respectivas posições ideológicas (Quadro 3): 10 (Extrema Esquerda), 20 (Esquerda), 30 (Centro Esquerda), 40 (Centro), 50 (Centro Direita), 60 (Direita), 70 (Extrema Direita). Também se definiu a variável “Espectro” com base no seguinte critério: se “espectro_dummy” for menor que 40, então “Espectro” corresponde à “Esquerda”. Caso contrário, se “espectro_dummy” for maior que 40, então a variável “Espectro” corresponde à “Direita”. Essas variáveis auxiliares utilizadas nos testes de hipóteses são detalhadas no Quadro 4.

Quadro 4 – Variáveis utilizadas

Variável	Descrição	Categorias
Espectro_dummy	Posição ideológica de cada partido (variável auxiliar) = média aritmética das categorias	10=Extrema Esquerda / 20=Esquerda / 30=Centro Esquerda / 40=Centro / 50 = Centro Direita / 60=Direita / 70=Extrema Direita
Espectro	Espectro político partidário: 1, se Espectro_dummy < 40 2, se Espectro_dummy > 40	1 = Esquerda 2 = Direita
Filiação	Como se deu a sua filiação partidária?	1 = influência de familiares 2 = movimentos estudantis 3 = movimentos sociais

Fonte: Elaboração própria.

Análise inferencial dos dados

Para testar a relação entre as variáveis, foram elaboradas as seguintes hipóteses, constantes no Quadro 5.

Quadro 5 – Hipóteses testadas

	Hipóteses	Enunciado
1	Hipótese 1	Quanto mais à direita no espectro político partidário, maior a influência de familiares na filiação partidária dos jovens.
2	Hipótese 2	Quanto mais à esquerda no espectro político partidário, maior a influência de movimentos estudantis na filiação partidária dos jovens.
3	Hipótese 3	Quanto mais à esquerda no espectro político partidário, maior a influência de movimentos sociais na filiação partidária dos jovens.

Fonte: Elaboração própria.

A hipótese 1 é reforçada pela literatura sobre a relevância do capital familiar para a filiação partidária e o ingresso na carreira política. Os estudos sobre o tema ressaltam que tal capital é importante principalmente no caso dos partidos de centro e de direita, embora também seja relevante para a esquerda (VAN LIEFFERINGE; STEYVERS, 2009; MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015). O envolvimento de familiares com a política partidária pode influenciar o nível de interesse político de jovens, suas preferências partidárias e seu comportamento político. Além disso, jovens provenientes de famílias altamente envolvidas na política começam sua carreira política mais cedo e tendem a obter mais sucesso eleitoral, embora nem sempre sigam os caminhos políticos trilhados pelos familiares (VAN LIEFFERINGE; STEYVERS, 2009).

As hipóteses 2 e 3 são ancoradas nos estudos que enfatizam a força do capital militante para a atuação política juvenil, especialmente no que se refere à experiência dos jovens nos movimentos estudantis e/ou nos movimentos sociais, sobretudo no caso dos partidos de centro-esquerda e de esquerda (SNOW; ZURCHER JR; EKLAND-OLSON, 1980). Os movimentos estudantis e os movimentos sociais são os principais motivadores dos jovens para a militância e a filiação partidária, seguido do engajamento político de

familiares, amigos e pessoas próximas. Estudos empíricos mostram que as entidades estudantis ainda são consideradas relevantes meios de recrutamento partidário juvenil (STOLLE; HOOGHE, 2004, p.44). Apesar do arrefecimento dos movimentos estudantis no Brasil após a redemocratização, ainda continuam como forças políticas associadas principalmente a partidos de esquerda (MESQUITA, 2003; BARBOSA, 2008).

A relação com os partidos é adensada quando as agremiações partidárias conseguem expressar em seus discursos, programas e plataformas de ação que refletem ou se coadunam com o ideário dos movimentos estudantis, “suas estratégias, sua visão de mundo, sua proposta global de sociedade” (MESQUITA, 2003, p.125). Por outro lado, há movimentos que evitam a proximidade com os partidos, argumentando que “a partidarização cria um estilo de intervenção que dificulta o surgimento de qualquer outra forma de manifestação ou expressão, limitando a própria forma de intervenção estudantil” (MESQUITA, 2003, p.128).

Os movimentos estudantis são considerados campos de experimentação política para os jovens, uma espécie de laboratório de reflexão e de ação política, permitindo aos grupos juvenis testar e experimentar modelos de organização política, formas ativas de relacionamento e de construção de alternativas militantes (MELUCCI, 1997). Tais experiências lhes proporcionam formas de expressões do protagonismo juvenil e uma *sociabilidade militante*. Por essas razões, “continua apresentando-se, como uma das possibilidades de inserção e atuação política para uma parcela dos estudantes” (MESQUITA, 2003, p.118).

A sociabilidade militante leva ao acúmulo de experiências e de capital militante, o que pode servir de elo ou ponte entre os movimentos estudantis e alguns movimentos sociais partidarizados ou não. No caso da relação de entidades juvenis com partidos, a aproximação decorre de afinidade de causas, ou seja, os jovens que participam de movimentos sociais são atraídos para os partidos em função da ação política orientada por causas, sejam elas materiais ou simbólicas, como a defesa de emprego para jovens ou o combate

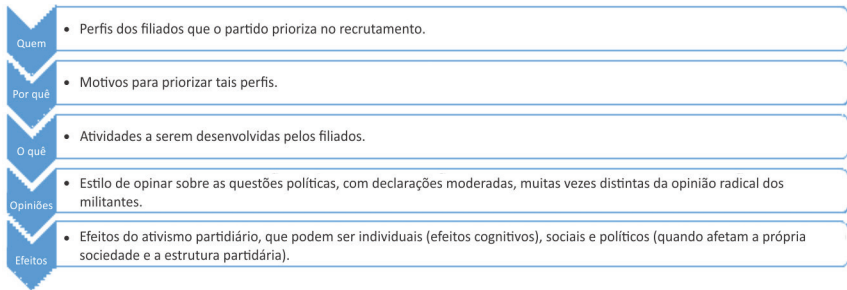
ao machismo, ao racismo, a defesa da equidade de gêneros e as questões ambientais (MORENO; ALMEIDA, 2009). A atração dos jovens por movimentos sociais e entidades com lógicas de ação similares como ONGs e projetos de voluntariado se explica “pela possibilidade de ir além da denúncia, da crítica, privilegiando o agir, como se a mera denúncia ou a crítica não dessem conta da aspiração de ser ator na sociedade” (SPOSITO, 2000, p.86).

Heidar (1994; 2006; 2007) analisa o recrutamento partidário como via de mão dupla, que pode trazer vantagens tanto para as legendas quanto para os próprios filiados. O autor argumenta que os filiados são atores privilegiados nas democracias representativas e garantem um monitoramento mais próximo da política, a exemplo das pesquisas encomendadas pelas legendas. Além disso, segundo o autor, os filiados apresentam maiores chances de influenciar a seleção de candidatos e a elaboração do programa político do partido, dependendo do grau de democracia intrapartidária (HEIDAR; SAGLIE, 2003). Do ponto de vista do membro individual, o partido constitui uma arena de informação, educação, articulação de interesse, debates e tomada de decisão. Apesar de não haver uma tipologia definida das vantagens da filiação partidária, o autor afirma que o cálculo sobre os benefícios da adesão ao partido depende do tipo de agremiação, do ambiente político e social e da própria personalidade e interesses dos filiados.

As análises de Heidar (1994; 2006; 2007) resultaram em um esquema analítico que inclui cinco elementos envolvidos no processo de recrutamento partidário: quem, por que, o que, opiniões e efeitos¹³, conforme exposto na Figura 2:

13 Em inglês: Who, Why, What, Opinions, Effects.

Figura 2 – Elementos envolvidos no recrutamento partidário



Fonte: Elaboração própria, com base em Heidar (1994; 2006; 2007).

No caso do recrutamento juvenil, a tese do autor é de que primeiro os partidos recrutam jovens para aumentar sua legitimidade interna e depois para obter legitimidade externa, ou seja, da opinião pública. Assim, o recrutamento juvenil exerceria uma dupla e estratégica função política. O autor ressalta ainda a relação entre os filiados, os ativistas/militantes não filiados e os eleitores para o sucesso eleitoral de um partido, conforme demonstrado na Figura 3.

Figura 3 – Relação entre filiados, militantes e eleitores



Fonte: Elaboração própria, com base em Heidar (1994; 2006; 2007).

Testes das hipóteses

Hipótese-1: Quanto mais à direita no espectro político partidário, maior a influência de familiares na filiação partidária dos jovens.

Utilizando o teste qui-quadrado, **a hipótese-1 foi confirmada**, $\chi^2(1) = 39,518$, ($p < 0,001$), indicando que houve uma associação significativa entre o espectro político partidário e a influência de familiares na filiação partidária dos jovens. Com base no risco relativo, os jovens tiveram 2,48 mais chances de ser de direita quando têm influência de familiares na filiação partidária, conforme detalhado na Tabela 11.

Tabela 11 - Testes de qui-quadrado da hipótese 1

	Valor	Gl	Sig. Assint. (2 lados)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	39,518	1	0,000		
Correção de continuidade	37,282	1	0,000		
Razão de verossimilhança	45,406	1	0,000		
Associação Linear por Linear	39,363	1	0,000		
N de Casos Válidos	254 ^a				
Risco relativo	2,48				

* Amostra ajustada após ponderação de casos (*Weight Cases*)

Fonte: Elaboração própria.

A análise dos dados da tabela de contingência, detalhados na Tabela 12, indica que a contagem de entrevistados associados à direita no espectro político e que tiveram influência de familiares na filiação partidária (34 jovens) foi superior à esperada pelo modelo (16,6 jovens). Essa diferença (104,91%) entre a contagem real e a esperada evidencia a confirmação da hipótese pelo teste qui-quadrado.

Tabela 12 - Tabela de contingência da hipótese 1

Influência de familiares na filiação		Espectro		Total
		Esquerda	Direita	
Sem influência	Contagem*	135	83	218
	Contagem esperada*	117,6	100,4	
Com Influência	Contagem*	2	34	36
	Contagem esperada*	19,4	16,6	
	Total*	137	117	254

* Amostra ajustada após ponderação de casos (Weight Cases)

Fonte: Elaboração própria.

Hipótese-2: Quanto mais à esquerda no espectro político partidário, maior a influência de movimentos estudantis na filiação partidária dos jovens

Utilizando o teste qui-quadrado, **a hipótese-2 foi confirmada**, $\chi^2 (1) = 10,086$, ($p < 0,005$), indicando que houve uma associação significativa entre o espectro político partidário e a influência de movimentos estudantis na filiação partidárias dos jovens. Com base no risco relativo, os jovens tiveram 1,51 mais chances de ser de esquerda quando têm influência de movimentos estudantis na filiação partidária, conforme detalhado na Tabela 13.

Tabela 13 - Testes de qui-quadrado da hipótese 2

	Valor	Gl	Sig. Assint. (2 lados)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	10,086	1	0,001		
Correção de continuidade	9,106	1	0,003		
Razão de verossimilhança	10,511	1	0,001		
Associação Linear por Linear	10,046	1	0,002		
N de Casos Válidos*	254				
Risco relativo	1,51				

* Amostra ajustada após ponderação de casos (Weight Cases)

Fonte: Elaboração própria

A análise dos dados da tabela de contingência, detalhados na Tabela 14, indica que a contagem de entrevistados associados à esquerda no espectro político e que tiveram influência de movimentos estudantis na filiação partidária (37 jovens) foi superior à esperada pelo modelo (27 jovens). Essa diferença (37%) entre a contagem real e a esperada evidencia a confirmação da hipótese pelo teste Qui-quadrado.

Tabela 14. Tabela de contingência da hipótese 2

Influência de movimentos estudantis na filiação		Espectro		
		Esquerda	Direita	Total
Sem influência	Contagem*	100	104	204
	Contagem esperada*	110	94	
Com Influência	Contagem*	37	13	50
	Contagem esperada*	27	23	
Total*		137	117	254

* Amostra ajustada após ponderação de casos (*Weight Cases*)

Fonte: Elaboração própria.

Hipótese-3: Quanto mais à esquerda no espectro político partidário, maior a influência de movimentos sociais na filiação partidária dos jovens.

Utilizando o teste qui-quadrado, **a hipótese-3 foi confirmada**, $\chi^2 (1) = 7,165$, ($p < 0,01$), indicando que houve uma associação significativa entre o espectro político partidário e a influência de movimentos sociais na filiação partidária dos jovens. Com base no risco relativo, os jovens tiveram 1,43 mais chances de ser de esquerda quando têm influência de movimentos sociais na filiação partidária, conforme detalhado na Tabela 15.

Tabela 15 - Testes de qui-quadrado da hipótese 3

	Valor	gl	Sig. Assint. (2 lados)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	7,165	1	0,007		
Correção de continuidade	6,317	1	0,012		
Razão de verossimilhança	7,416	1	0,006		
Associação Linear por Linear	7,137	1	0,008		
N de Casos Válidos ^a	254				
Risco relativo	1,43				

* Amostra ajustada após ponderação de casos (Weight Cases)

Fonte: Elaboração própria.

A análise dos dados da tabela de contingência, detalhados na Tabela 16, indica que a contagem de entrevistados associados à esquerda no espectro político e que tiveram influência de movimentos sociais na filiação partidária (33 jovens) foi superior à esperada pelo modelo (24,8 jovens). Essa diferença (33%) entre a contagem real e a esperada evidencia a confirmação da hipótese pelo teste qui-quadrado.

Tabela 16. Tabela de contingência da hipótese 3

Influência de movimentos sociais na filiação		Espectro		
		Esquerda	Direita	Total
Sem influência	Contagem ^a	104	104	208
	Contagem esperada ^a	112,2	95,8	
Com Influência	Contagem ^a	33	13	46
	Contagem esperada ^a	24,8	21,2	
	Total ^a	137	117	254

* Amostra ajustada após ponderação de casos (Weight Cases)

Fonte: Elaboração própria

O resultado dos testes das hipóteses é resumido no Quadro 6.

Quadro 6 – Resultado do teste das hipóteses

Hipótese	Resultado do teste
1. Quanto mais à direita no espectro político partidário, maior a influência de familiares na filiação partidária dos jovens.	Confirmada
2. Quanto mais à esquerda no espectro político partidário, maior a influência de movimentos estudantis na filiação partidária dos jovens.	Confirmada
3. Quanto mais à esquerda no espectro político partidário, maior a influência de movimentos sociais na filiação partidária dos jovens.	Confirmada

Fonte: Elaboração própria.

Considerações finais

Como exposto acima, foram confirmadas empiricamente as três hipóteses que envolveram relações entre as variáveis “espectro” (espectro político partidário) e “filiação” (fatores de influência na filiação). A relação mais significativa ($p < 0,001$) e com maior efeito (risco relativo=2,48) foi verificada na hipótese-1: “Quanto mais à direita no espectro político partidário, maior a influência de familiares na filiação partidária dos jovens”. As demais hipóteses também confirmaram a relação entre o espectro (esquerda) e a influência de movimentos estudantis ou sociais na filiação partidária.

Os dados confirmam o que já é documentado na literatura acerca da importância do capital familiar para o ingresso na carreira política, especialmente nos partidos de centro e de direita (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015). Os parentes mais próximos são os que exercem maior influência no caso dos jovens que foram motivados pelo capital familiar, principalmente os irmãos (36,6%) e os pais (27,7%). A maior influência dos irmãos certamente se justifica pela proximidade etária, visto que o fator geracional é um aspecto relevante no recrutamento partidário, conforme foi tratado na primeira parte do texto (VOMMARO, 2013; JENNINGS, 2002).

Convém salientar que as análises sobre o capital familiar e sua relevância para o recrutamento partidário juvenil foi uma das questões teóricas centrais expostas na primeira parte do texto, especialmente na parte que estabeleceu a correlação entre a literatura e as hipóteses. Tal como na bibliografia mencionada, os dados reforçam a expressividade do capital familiar para a filiação

partidária e o ingresso na carreira política sobretudo no caso dos partidos de centro e de direita (VAN LIEFFERINGE; STEYVERS, 2009; MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015).

A título de exemplo da proeminência do capital familiar na política brasileira, é oportuno mencionar que, entre os parlamentares eleitos em 2014, 42% são herdeiros políticos, ou seja, filhos ou irmãos de pessoas com longa carreira na política (MEDEIROS, 2016). Nas eleições de 2010, o site Congresso em Foco apurou que, dos 513 deputados eleitos, 271 deputados tinham parentes na política, correspondendo a 48% do total de eleitos em 2010. No caso do Senado, os percentuais atingiam dois terços, ou seja, 54% (SARDINHA; CARMARGO, 2011).

Por outro lado, o capital militante permanece de grande relevância para o ingresso dos jovens na política, seja a militância nos movimentos estudantis e/ou nos movimentos sociais, especialmente no caso dos partidos de centro-esquerda e de esquerda (MORENO; ALMEIDA, 2009; SPOSITO, 2000). As relações com outros jovens vinculados a movimentos estudantis que já são filiados, representam 19,9% das motivações para a decisão de filiação, conforme foi exposto anteriormente (Tabela 5). As relações com outros jovens que participam de movimentos sociais representam 16,1%. Somando essas duas formas de capital militante, temos 36%, ou seja, mais de um terço das respostas.

É oportuno ressaltar que essa discussão norteou a fundamentação teórica relativa às hipóteses 2 e 3. Como vimos, os dados estão alinhados com a literatura mencionada na primeira parte do artigo, que enfatiza a força do capital militante para a atuação política juvenil, a exemplo dos movimentos estudantis e/ou nos movimentos sociais (SNOW; ZURCHER JR; EKLAND-OLSON, 1980; STOLLE; HOOGHE, 2004; MESQUITA, 2003; BARBOSA, 2008).

Entendemos que os dados ainda podem ser explorados sob diversas abordagens e possibilidades, mas cumprimos o nosso objetivo inicial, cujo foco era mapear o perfil dos jovens filiados a partidos no Brasil na atualidade e suas percepções sobre a agenda política e os próprios partidos. Trata-se de um tema pouco explorado

no Brasil e que pode interessar a outros pesquisadores, de várias disciplinas, como Ciência Política. Sociologia, Educação e outras.

Referências

- AUGUSTO, Nuno Miguel. A juventude e a (s) política (s): desinstitucionalização e individualização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.81, p.155-177, 2008.
- BARBOSA, Andreza. O Movimento Estudantil Brasileiro: do início da década de 1990 a 2001. In: GROPPPO, Luis Antonio; ZAIDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otávio Luiz (Orgs). *Movimentos Juvenis na Contemporaneidade*. Recife: Ed. UFPE, 2009. p.35-53
- BRENNER, Ana Karina. Jovens de partidos: a experiência da socialização política. In: *VIII Reunión de Antropologia del Mercosur*. Buenos Aires, 2009. p.1-15.
- BRENNER, Ana Karina. Jovens e militância política. In: CARRANO, Paulo; FÁVERO, Osmar. (Org.). *Narrativas juvenis e espaços públicos. Olhares de pesquisa em Educação, Mídia e Ciências Sociais*. Niterói: Ed UFF, 2014b. p.31-54.
- BRENNER, Ana Karina. Militância de jovens: entre disposições e interações. In: ANDRADE, Eliane Ribeiro; PINHEIRO, Diógenes; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Org.). *Juventude em perspectiva: múltiplos enfoques*. Rio de Janeiro: Ed UNIRIO, 2014a. p.118-122
- BRENNER, Ana Karina. *Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários*. Tese de Doutorado apresentada ao programa de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- BRENNER, Ana Karina. Militância de jovens em partidos políticos. In: BEZERRA, Heloísa Dias; OLIVEIRA, Sandra Maria de (Org.). *Juventude no século XXI: dilemas e perspectivas*. Goiânia: Cànone Editorial, 2013. p.71-90
- BRENNER, Ana Karina. Permanências e deslocamentos de jovens militantes de partidos políticos. *Tomo*, n. 27, p.265-289, jul/dez. 2015.

- COSTA, Joana Filipa Pereira. *O papel das juventudes partidárias na ligação dos jovens à política*. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Comunicação Pública, Política e Intercultural, Universidade de Trás-Os Montes e Alto Douro. Vila Real, 2015.
- CRUZ, Manuel Braga da. A Participação Política da Juventude em Portugal: as elites políticas juvenis. *Análise Social*, n.105-106, p.223-249, 1990.
- CZUDNOWSKI, Moshe M. Political Recruitment. In: GREENSTEIN, F. I.; POLSBY, N. W. (Eds.). *Micropolitical Theory: Handbook of Political Science*. Reading (MA): Addison-Wesley Publishing Company, 1975. v.2.
- DALTON, R. J. *The good citizen: How a younger generation is reshaping American politics*. Washington: CQ Press, 2009.
- DECHEZELLES, Stéphanie. Des partis et des jeunes. Les droites juvéniles dans l'Italie de Berlusconi. *Histoire@Politique*, n. 4, p.1-13, 2008.
- DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- FERREIRA, Pedro Ricardo Bernardo. *As juventudes partidárias são uma escola?* Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Ciência Política, Universidade de Aveiro. Aveiro, 2012.
- ERICKSON, Lynda. Making Her Way. In: LOVENDUSKI, J.; NORRIS, P. (Eds.). *Women, Parties and Candidacies in Canada: Gender and Party Politics*. London, Sage, 1993.
- FIELD, A. *Descobrendo a estatística usando o SPSS-2*. Porto Alegre: Bookman; Artmed, 2009.
- GAUJA, Anika. The construction of party membership. *European Journal of Political Research*, v. 54, n.2, p.232-248, 2015.
- JENNINGS, M. Kent. Generation Units and the Student Protest Movement in the United States: An Intra- and Intergenerational Analysis. *Political Psychology*, v. 23, n.2, p.303-324, 2002.
- HAZAN, Reuven. Candidate Selection. In: LEDUC, L.; NIEMI, R. G.; NORRIS, P. (Eds.). *Comparing Democracies 2: New Challenges in the Study of Elections and Voting*. London; New Delhi: Sage; Thousand Oaks, 2002.

- HEIDAR, Knut. Party membership and participation. In: KATZ, Richard S.; CROTTY, William (Eds.) *Handbook of Party Politics*. London: Sage, 2006.
- HEIDAR, Knut. The Polymorphic Nature of Party Membership. *European Journal of Political Research*, v. 25, n. 1, p.61-86, 1994.
- HEIDAR, Knut; SAGLIE, Jo. A Decline of Linkage? Intra-party Participation in Norway 1991–2000. *European Journal of Political Research*, v. 42, n. 6, p. 761-786, 2003.
- HOOGHE, Marc; STOLLE, Dietlind. Youth organisations within political parties: political recruitment and the transformation of party systems. In: FORBIG, Joerg (Ed). *Revisiting youth political participation*. Strasburg: Council of Europe Publishing, 2005. p. 43-190.
- HOOGHE, Marc; STOLLE, Dietlind; STOUTHUYSEN, Patrick. The Recruitment Function of Youth Organizations of Political Parties in Belgium (Flanders). *Party Politics*, v.10, n.2, p.193-212, 2004
- INGLEHART, R; CATTERBERG, G. Trends in political action: The developmental trend and the post-honeymoon decline. *International Journal of Comparative Sociology*, v. 43, n. 3-5, p. 300-316, 2002.
- KESSELMAN, Mark. Recruitment of rival party activists in France: party cleavages and cultural differentiation. *The Journal of Politics*, n. 35, n.1, p.2-44, 1973.
- KISH, L. *Survey sampling*. New York: John Wiley & Sons, 1995.
- KÖLLN, Ann-Kristin; POLK, Jonathan. *Is Everyone Enjoying the Party?* Gothenburg: Centre for European Research; University of Gothenburg, 2016.
- MADEIRA, Rafael Machado; TAROUCO, Gabriela S. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. *Debates*, v.7, n.2, p.93-114, 2013.
- MARENCO DOS SANTOS, André. Comparing houses of representatives: parliamentary recruitment in Argentina, Brazil, Chile and Mexico. *Teoria & Sociedade*, v.11, n.2, p. 42-69, 2006.

- MARENCO DOS SANTOS, André. Le renouveau politique: carrières politiques et liens de parti au Brésil (1946-2002). *Politique et sociétés*, v.23, n.2-3, p. 109-133, 2004.
- MARENCO DOS SANTOS, André. Still a traditional political class? Patterns of parliamentary Recruitment in Brazil (1946-2002). *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, v.30, n.60, p.13-40, 2005.
- MATTHEWS, D. Legislative recruitment and legislative careers. In: LOEWENBERG, G.; PATTERSON, S.; JEWELL, M. (eds.). *Handbook of legislative research*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.
- MAIR, Peter; VAN BIEZEN, Ingrid. Party membership in twenty European democracies, 1980-2000. *Party politics*, v. 7, n.1, p.5-21, 2001.
- MANFREDA, Katija, Losar; VEHOVAR, Vasja. Do mail and web surveys provide the same results? In: FERLIGOJ, Anuška; MRVAR, Andrej Mrvar (Eds). *Development in Social Science Methodology*. Ljubljana: FDV, 2002. p. 149-69
- MEDEIROS, Êtore. Herdeiros de políticos ocupam metade da Câmara. *Congresso em Foco*, 3 fev. 2016. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/herdeiros-de-politicos-ocupam-metade-da-camara/> Acesso em: 27/08/19
- MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos novos movimentos sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 66, p.117-149, 2003.
- MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados. *Dados*, v.58, n. 3, p.721-747, 2015.
- MORENO, Rosangela Carrilo; ALMEIDA, Ana Maria F. Isso é política, meu! Socialização militante e institucionalização dos movimentos sociais. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 2, p. 59-76, 2009.

- NICOLETTI, André Selayaran. Juventude e política: um estudo sobre trajetória e participação política de jovens vereadores no sul do Brasil. In: *Congresso Latinoamericano de Sociologia (ALAS)*, Santiago do Chile, 2013.
- NORRIS, P. *Democratic phoenix: Reinventing political activism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- NORRIS, P. Introduction: theories of recruitment. In: NORRIS, P. (Ed.). *Passages to power: legislative recruitment in advanced democracies*. New York: Cambridge University Press, 1997.
- NORRIS, P. Recruitment. In: KATZ, R.; CROTTY, W. (Eds.). *Handbook on political parties*. London: Sage, 2006.
- NORRIS, P. *Young people & political activism: From the Politics of Loyalties to the Politics of Choice?* Cambridge: Harvard University. 2004. Disponível em: <https://sites.hks.harvard.edu/fs/pnorris/Acrobat/COE%20Young%20People%20and%20Political%20Activism.pdf> Acesso em: 04/01/18.
- NORRIS, P.; INGLEHART, R. Cultural Barriers to Women's Leadership: A Worldwide Comparison. In: *International Political Science Association World Congress*, Quebec, 2000. Disponível em: <http://www.onlinewomeninpolitics.org/beijing12/ipsa2000culture.pdf> Acesso em: 17/06/17.
- NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. *Political recruitment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- OKADO, Lucas Toshiaki Archangelo; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Condição juvenil e a participação política no Brasil. *Paraná Eleitoral*, v. 4, n.1, 2015.
- PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- POWER, T.; MOCHEL, M. Political recruitment in an executive-centric system: presidents, governors, and ministers in Brazil. In: SIAVELIS, P.; MORGENSTEIN, S. (Eds.). *Pathways to power: political recruitment and candidate selection in Latin America*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2008.
- PREWITT, K. *The recruitment of political leaders*. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1970.

- PUTNAM, Robert. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon and Schuster, 2000.
- RAHN, Wendy; TRANSUE, John Transue. Social Trust and Value Change: The Decline of Social Capital in American Youth 1976-1995. *Political Psychology*, v.19, n. 3, p. 545-565, 1995.
- RIBEIRO, Pedro José Floriano. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. Tese de Doutorado apresentada ao programa de Ciência Política, Universidade de São Carlos, São Carlos, 2008. 306f.
- SELIGMAN, L. *Recruiting political elites*. New York: General Learning Press, 1971.
- TEIXEIRA, Jefferson Alves. Militância Virtual? Organizações de Juventudes Partidárias na Rede Mundial de Computadores. In: *33º Encontro da ANPOCS*. Caxambu, 2009.
- SARDINA, Edson Sardinha; CAMARGO, Renata. *Dois terços dos senadores têm parentes na política*. 7 abril 2011. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/dois-tercos-dos-senadores-tem-parentes-na-politica/> Acesso em: 02/03/18.
- SARTORI, Giovanni. *Partidos y sistemas de partidos*. Alianza, Madrid, 1980.
- SCARROW, Susan E. *Parties and their members: Organizing for victory in Britain and Germany*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- SCHWARTZ, David C. Toward a theory of political recruitment. *Western Political Quarterly*, v. 22, n.3, p.552-571, 1969.
- SCHEEFFER, Fernando. Esquerda e direita: velhos e novos temas. In: *38 Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, 2014.
- SIAVELIS, Peter M.; MORGENSTERN, Scott. *Pathways to power: Political recruitment and candidate selection in Latin America*. University Park: Penn State Press, 2012.

- SILVA, Natalia. Socialización Política Juvenil y Construcción del Compromiso Político en Chile: el Caso del Programa de Formación Vívelo de las Juventudes de la Unión Demócrata Independiente (UDI). In: *XXX Congreso Latinoamericano de Sociología (ALAS)*. Costa Rica, 2015. Disponível em: http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT10/GT10_SilvaN.pdf
Acesso em: 22/11/16.
- SNOW, David A; ZURCHER JR. Louis A; EKLAND-OLSON, Sheldon. Social networks and social movements: a microstructural approach to differential recruitment. *American Sociological Review*, v. 45, n. 5, p.787-801, 1980.
- SPECK, Bruno Wilhelm; BRAGA, Maria do Socorro Sousa; COSTA, Valeriano. Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, n. 56, p. 125-148, 2015.
- SPOSITO, Marília Pontes. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. *Revista Brasileira de Educação*, n.13, p.73-94, 2000.
- STOLLE, D.; HOOGHE, M.; MICHELETTI, M. Politics in the Super-Market-Political Consumerism as a Form of Political Participation. *International Political Science Review*, v. 26, n. 3, p. 245-269, 2005.
- TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. *Revista Debates*, v.7, n. 2, p. 93-114, 2013.
- VAN HAUTE, Emilie; GAUJA, Anika. *Party members and activists*. v. 6. Abingdon: Routledge, 2015.
- VAN LIEFFERINGE, Hilde; STEYVERS, Kristof. Family matters? Degrees of family politicization in political recruitment and career start of mayors in Belgium. *Acta Politica*, v. 44, n. 2, p.125-149, 2009;
- VEHOVAR, V.; MANFREDA, L.; BATAGELJ, Z. Sensitivity of Ecommerce measurement to survey instrument. *International Journal of Electronic Commerce*, v. 6, n. 1, p. 31-52, 2001.

- WARE, Alan. *Political parties and party systems*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- WHITELEY, Paul F. Is the party over? The decline of party activism and membership across the democratic world. *Party Politics*, v. 17, n.1, p. 21-44, 2011.
- VOMMARO, Gabriel. Estudiar el reclutamiento partidario a través de la variable 'generaciones políticas': el caso del PRO en la ciudad de Buenos Aires. In: *Congreso Internacional de la Latin American Studies Association*. Washington (DC), 2013.

Resumo

O objetivo do artigo é analisar como se dá o recrutamento de jovens pelos partidos políticos brasileiros na atualidade. O estudo avalia as motivações dos jovens para a filiação e a autopercepção deles sobre as legendas às quais são filiados, tendo como eixo de análise as seguintes questões: (a) o que motiva um jovem a se filiar a um partido político no atual contexto brasileiro? (b) como se dá a filiação? (c) que fatores mais contribuem para a adesão dos jovens às agremiações partidárias? (d) quais são as percepções dos jovens sobre esse processo? Em termos específicos são testadas algumas hipóteses utilizando o qui-quadrado. As conclusões mostram que o capital familiar e o capital militantes são os dois fatores que mais influenciam os jovens a se filiarem aos partidos. No primeiro caso os parentes mais próximos são os que exercem maior influência (pais e irmãos). No segundo caso destaca-se a militância nos movimentos estudantis e nos movimentos sociais.

Palavras-chave: Juventude; Partidos políticos; Juventudes partidárias; Recrutamento partidário juvenil.

Abstract

Abstract: The objective of this paper is to analyze how the recruitment of young people by Brazilian political parties occurs today. The study evaluates young people's motivations for affiliation and their self-perception about the subtiles to which they are affiliated, having as its axis of analysis the following questions: (a) what motivates a young person to join a political party in the current Brazilian context? (b) how does affiliation occur? (c) what factors contribute most to youth adherence to party organizations? (d) What are young people's perceptions of this process? Specifically,

some hypotheses are tested using chi-square. The findings show that family capital and militant capital are the two factors that most influence young people to join the parties. In the first case, the closest relatives are the most influential (parents and siblings). In the second case, militancy in the student and social movements.

Keywords: Youth; Political parties; Youth party; Youth party recruitment.

Recebido em 18 de outubro de 2018

Aprovado em 26 de agosto de 2019